

UMA REVISITA À ERA DE OURO DO FUTEBOL – QUANDO OS TÍTULOS DO PASSADO TÊM DE SER DRIBLADOS PELO HEGEMON DO ‘MERCADO’

SÉRGIO MONTERO SOUTO¹

Resumo

A decisão da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) de equiparar, em 2011, os títulos nacionais entre 1959 e 1970, da Taça Brasil e do Torneio Roberto Gomes Pedroso/Taça de Prata, às versões do Campeonato Brasileiro disputados a partir de 1971, trouxe novo recorte à memória do futebol brasileiro. Ela foi potencializada por dois fatores-chave: o avanço dos valores de “mercado” no futebol brasileiro (SOUTO, 2009) e a tentativa de uma parte do jornalismo esportivo forjar um novo hegemon nesse universo a partir dos parâmetros do primeiro (SOUTO, 2018). O acirramento dessa contenda nos remete às reflexões de Michael Pollak (1992) sobre o problema da identidade social em situações-limite, como grupos sociais ameaçados de extinção.

Este trabalho não pretende deter-se, centralmente, na releitura da historiografia que levou ao reconhecimento daqueles títulos nem, também, na argumentação dos que, apesar da decisão da CBF, continuam a contestá-los. O embate nesses termos terá tratamento apenas acessório, com o objetivo maior de ajudar a jogar luzes sobre o objeto a partir de outro recorte: a disputa entre valores de “mercado” e da “tradição” no futebol brasileiro, tendo como pano de fundo os esforços de parte do jornalismo esportivo em forjar um novo hegemon no futebol brasileiro, a partir dos paradigmas do primeiro, em lugar dos méritos esportivos, geralmente, aceito por todos os sujeitos desse universo².

Palavras-chave: memória; hegemonia; mercado

A luta pela sobrevivência da memória

Para entender melhor a materialização dessa polarização, recorre-se a uma analogia das reflexões de Pollack sobre grupos sobreviventes com o mundo do futebol, no qual clubes,

¹ Faculdade de Comunicação Social da UERJ – Doutor em Comunicação

² A questão do hegemon aqui é abordada a partir da perspectiva de SOUTO, 2018, que coteja a assimetria entre a diferença da audiência das partidas do Flamengo transmitidas na TV Globo, 2017, em relação a Botafogo, Fluminense e Vasco, com o total de jogos exibidos e o valor da cota paga pela emissora. Verificou-se que, enquanto a diferença desta pode chegar a até 900%, a distância da audiência média do Flamengo para o segundo colocado – o Botafogo – ficou em apenas 25%. A Globo, porém, transmitiu até 100% mais partidas do rubro-negro em relação ao segundo colocado neste quesito – o Vasco – e 100% mais sobre o segundo colocado em audiência. Mostra-se, ainda, que ranking do Lance! – cujo grupo lançou, em 2008, um diário, *Vencer*, voltado exclusivamente ao clube da Gávea – indicou que, em dez anos, o Flamengo venceu apenas dois torneios nacionais. No mesmo intervalo, o Internacional, que encabeça esse ranking, tem cinco títulos internacionais oficiais; o Corinthians, três conquistas nacionais e três internacionais, e o Santos, três troféus internacionais.

torcedores e dirigentes lutam pela permanência das memórias de suas instituições, todas centenárias, em meio ao efeito avassalador dos valores de “mercado”. Entre as novas medidas de que estes socorrem-se, estão tamanho das torcidas, números de partidas exibidas pela televisão, faturamento dos clubes. O reconhecimento, pela CBF, das conquistas daquela outra era também embaralha a disputa pelo hegemon, ao recuperar uma determinada memória que parecia destinada ao apagamento ou a ser tratada como pertencente a outro universo por uma parte da mídia esportiva.

Ao analisar o problema da identidade social em situações-limite, Pollak (1992) deparou-se com questão-chave: a ameaça de extinção física – inscrita na idade avançada dos seus integrantes – introduzia uma urgência na necessidade do compartilhar uma história dos investigados que, se não atendida, corria o risco de esgotar-se com o fim da existência dos integrantes do grupo. Os investigados eram impelidos a falar sobre as suas memórias para evitar que a tragédia do holocausto se repita.

Nesse revisita ao passado, enfrentam seus próprios medos e seus constrangimentos, variáveis conforme os posicionamentos adotados na experiência vivida no holocausto e a memória construída do seu próprio papel e do subgrupo em que se inscrevem. Sua evocação remete a uma sensação de pertencimento a um tempo que se pretende, de alguma forma, estabilizado – ainda que sujeito a adaptações – e à permanência de um aspecto essencial da memória de um grupo.

Ainda que em outras camadas, tais características são encontráveis no processo de recuperação da memória do futebol brasileiro anterior a 1971, recorte que, em determinado momento, passou a ser considerado pelo jornalismo esportivo e pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) como marco zero da primeira competição nacional que daria direito a seus vencedores, a partir de então, de serem tratados como os únicos campeões brasileiros.

A singularidade implícita nesse recorte implicava, sem que isso fosse explicitado num primeiro momento, o rebaixamentos dos títulos anteriores, até, então, reconhecidos, pela Confederação Brasileiras de Desportos (CBD), antecessora inequívoca da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e pela mídia esportiva – como comprovável pelo farto material de época – como campeões brasileiros. Ser campeão nacional era, ainda, condição indispensável, e única, para ser o representante do Brasil na Taça Libertadores, que teve sua primeira edição em 1960. Foi o surgimento da Libertadores o que demandou a criação de um campeonato nacional para representar o país naquela competição.

Com o passar do tempo, a escolha do recorte a partir de 1971 passou a implicar, além da revogação do reconhecimento dos títulos, o apagamento dos feitos anteriores dos clubes e ídolos daquele período. Ou seja, a escolha do novo marco zero, mais do que vedar o reconhecimento do mesmo direito aos campeões anteriores a 1971, revogava tal condição, embora, este tivesse sido, não apenas oficializado pela entidades esportivas da época, como estampado em manchetes do jornalismo esportivo. O soterramento da memória pré-1971 não acarretou, porém, que a imprensa negasse, ao menos abertamente, que tal período integra a era de ouro do futebol brasileiro, quando o país, conquistou, entre 1958 e 1970, três das quatro Copas do Mundo das quais participou naquele período.

Tais feitos mudaram, não apenas interna, mas, também, externamente a percepção sobre o futebol brasileiro, que passou a ser considerado sinônimo de excelência e títulos. Embora, os feitos mencionados acima refiram-se à seleção brasileira, os clubes brasileiros, no mesmo período, obtiveram conquistas expressivas, também, no exterior e seus craques eram considerados como os principais do mundo, com destaque para Pelé e Garrincha.

Até hoje, não são muito explícitas as razões pelas quais, em algum momento, o jornalismo esportivo deixou de considerar os vencedores dos campeonatos disputados entre 1959 e 1970 campeões brasileiros, embora, naquele período, essa forma de tratamento fosse “divulgada a milhões de pessoas através dos veículos mais importantes da imprensa nacional” (CUNHA, 2009:8): “Até o popular ‘Canal 100’, documentário que levava a emoção e a beleza do futebol a cinemas de todo o país, transmitia a mesma mensagem” (Id., *ibid.*).

Uma das hipóteses levantadas por Cunha, autor do dossiê que serviu de base para a equiparação daqueles títulos ao de campeão brasileiro, é que a *Revista Placar*, lançada em março de 1970 e principal publicação esportiva do país durante cerca de duas décadas, não teria interesse em valorizar um período do futebol brasileiro anterior a sua existência. Válida ou não a hipótese, a revista, durante longo período, não tratou como campeonatos brasileiros os títulos anteriores a 1971. Isso embora, curiosamente, a manchete do número 41 da mesma revista tenha sido: “O Flu é campeão do Brasil” (*Placar*, 25/12/1970). Na mesma edição, *Placar* publicou o tradicional pôster do time campeão de 1970 da Taça de Prata, uma das três nomeações adotadas no período entre 1959 e 1970.

Ao mudar o ranking do futebol no país, a equiparação dos títulos da era dourada provocou efeitos político-esportivos e de ordem simbólica, fornecendo novo colorido a alimentar a jocosidade das torcidas, o que, também, ajuda a explicar a resistência dos

simpatizantes dos clubes sem títulos naquele período a reconhecerem essa nova ordem³. Popularizada, na antropologia, pelo clássico artigo de Marcel Mauss (1926), “As relações jocosas de parentesco”⁴, a noção de “relação jocosa” tem, porém, como lembra Gastaldo (2010), origem em obras anteriores de Robert Lowie e Radcliffe-Brown.

Gastaldo identificou na etimologia inglesa (*joking relationships*) dos textos de Radcliffe-Brown uma possibilidade interessante para ampliar o uso do conceito a grupos de indivíduos sem parentesco e membros de tribos de clãs distintas. Para isso, introduziu alguns condicionantes em conforme uma sociedade na qual a relação com o futebol tem forte papel simbólico, capaz de, ainda que por apenas noventa minutos, suspender, ou ao menos nuançar, as fortes assimetrias que marcam as relações sociais no nosso país.

Partindo da percepção de que, no futebol, as relações jocosas são um jogo paralelo aos jogos dos clubes, que implicam a aceitação tácita por parte de “quem ‘sacaneia’, ‘goza’, ‘toca flauta’ ou ‘corneta’, hoje, a possibilidade de ser a vítima de amanhã...”, Gastaldo (2010) observa que tal condição, articulada à sequência intermitente de campeonatos e torneios, estabelece um fluxo cotidiano de motivos para a permanência da interação jocosa entre pares relacionais.

E define três elementos constituintes da “gramática interacional” nas relações jocosas: qualificação dos participantes; conhecimento de fundo; e dinâmica do desafio. A qualificação é pré-requisito indispensável, entendida como a necessidade da presença de ao menos um torcedor de um dos times envolvidos ou contra um dos times envolvidos. A qualificação do torcedor pode envolver quatro equipes, sendo duas fixas e duas variáveis: a) a favor do próprio time; b) contra o rival – geralmente local, eventualmente ou circunstancialmente, nacional; c) contra o adversário do seu time; d) a favor do adversário do time local.

Observe-se, acessoriamente, a erupção de um fenômeno mais recente, não capturado à época pela pesquisa de Gastaldo: para alguns torcedores, particularmente em decisões ou partidas finais ou eliminatórias, a celebração da derrota do rival pode ser mais intensa do que a vitória do próprio time, constituindo-se, ainda, em um forte componente do capital simbólico nas jocosidades entre as torcidas. Tal fenômeno, que, em vez de se desacelerar, tem

³ Santos (seis) e Palmeiras (quatro) foram os que mais avançaram posições, alcançando com os títulos obtidos nos anos seguintes ao reconhecimento um total de oito e nove conquistas, respectivamente, até 2017. Botafogo, Fluminense, Bahia e Cruzeiro, todos com um título cada, também avançaram posições no ranking de clubes campeões brasileiros

⁴ Publicado no Brasil em 1979, no volume a ele dedicado na coleção “Grandes Cientistas Sociais”, sob o título “As relações jocosas de parentesco”.

se intensificado, dá pistas importantes sobre novas tensões sociais e da violência contemporânea. Também sinaliza uma reação à crescente partidarização do jornalismo esportivo, ou pelo menos, como é assim percebido por torcedores de times que se consideram desprestigiados na cobertura da imprensa, como pode-se constatar num breve passeio pelas redes sociais.

O conhecimento de fundo revela que, para além dos jogos recentes, existe uma memória dos confrontos, estatísticas, partidas inesquecíveis, colocação na tabela, títulos, participação em campeonatos, previsões (sensatas ou não) etc. É elemento distintivo na qualificação dos participantes das interações jocosas, por permitir diferenciar o torcedor do simpatizante, sendo este considerado sujeito que mantém relação simbólica mais fraca com o clube.

Por fim, a dinâmica do desafio, que pode envolver apostas (em dinheiro ou não), desafios, bravatas, cumpre importante papel na animação das relações de jocosidade, tanto antes quanto depois das partidas. Quanto maior a escalada da gozação pré-jogo, maior o nível de exposição do gozador, na derrota, mas, também, maior seu capital simbólico em caso de vitória. Dessa forma, nesse jogo dentro do jogo, o grau de envolvimento é regulado pelo participante, estando diretamente relacionado ao nível da aposta e do envolvimento afetivo. Nesse universo, de regras não escritas, mas compreensíveis por todos, pagar as apostas, em caso de derrota, é cláusula pétrea do código de honra das relações jocosas, com seu descumprimento podendo desqualificar o jogador nas futuras interações.

Gastaldo conclui que o principal valor pedagógico desses jogos é a lição de que saber ganhar e perder é parte da vida. Mas existe um outro jogador que, embora formalmente ausente, informa fortemente a dinâmica das relações de jocosidade entre as torcidas: o jornalismo esportivo. Menos prisioneira das amarras da objetividade jornalística do que as outras editorias, a seção de esportes está mais livre para adjetivar, qualificar ou desqualificar, e até dar notas a jogadores, treinadores e árbitros.

Como se sabe, embora apresentadas como “neutras” e baseadas na objetividade, as decisões dos jornalistas implicam escolher, entre várias versões da realidade, quais devem vir à tona, em detrimento das que devem ser descartadas, exercendo assim o papel de *gatekeepers*. Ao decidir que determinada era do futebol brasileiro não seria comparável a outra, o jornalismo esportivo faz escolhas que vão muito além de informar e animar a jocosidade entre as torcidas.

Curiosa e significativamente, o discurso contemporâneo da imprensa brasileira sobre a memória pré-1971 é, não apenas contraditório, como antagônico com a forma como o jornalismo da época tratou aqueles campeonatos e aqueles campeões. Embora contrarie princípios caros ao jornalismo, como a objetividade, esse giro de posições não deve ser tratado, centralmente, como má fé ou deformação. Como visto com Pollack (1992), a elaboração da memória é processo dinâmico e integrado a contextos sociais determinados. E nessa operação, acrescentamos, os jornais exercem papel-chave.

Em 8 de dezembro de 1966, por exemplo, o “Jornal dos Sport”, um dos principais veículos de esportes do Brasil no período, estampava na sua capa: “O Cruzeiro é o novo campeão do Brasil, campeão épico e digno, capaz de feito como o de ontem, quando depois de estar perdendo por 2 a 0 para o Santos, no primeiro tempo, reagiu para vencer por 3 a 2.” O entusiasmo do diário carioca sinaliza que o feito do time mineiro não era celebrado apenas pela imprensa do seu estado, sendo saudado pelo jornalismo esportivo de todo o país como o campeão brasileiro daquele ano. O mesmo reconhecimento foi estampado nos jornais da época para todos aqueles campeões, iniciando com o Bahia, em 1959, e finalizando com o Fluminense, em 1970, este já anteriormente mencionado.

Não se deve admirar, no entanto, que o jornalismo esportivo que destacara as conquistas do passado, décadas depois, quando a memória pré-1971 está esmaecida e o futebol brasileiro encontra-se em outro contexto social, ressignifique aqueles campeonatos na história do futebol brasileiro. Como senhores da memória, os jornais autoconcedem-se o direito de desconsiderar a necessidade de explicar suas mudanças de conceitos (LE GOFF, 1984). Ao mesmo tempo, recorrem a operações discursivas que buscam conciliar o reconhecimento aos feitos dos craques daquele período com o descarte das conquistas que, em grande medida, construíram a reputação daqueles sujeitos, muitos dos quais, ainda, são reverenciados em estádios por torcedores cujos pais sequer eram nascidos no período em que brilhavam nos gramados. É que, se não viram os craques daquela época jogar, leram sobre seus feitos ou, mais provavelmente, tiveram ouvidos para as histórias orais transmitidas de uma geração para outra.

Pollak (1992) mostra-se conforme com as ideias de Halbwachs (1990) sobre a memória como um fenômeno coletivo e social, portanto construído coletivamente e sujeito a flutuações permanentes. Ele registra, porém, que o caráter mutante da memória, tanto individual, quanto coletiva, convive com pontos relativamente imutáveis, ou talvez mais bem-

dito, que gozam de relativa estabilidade. Para Pollak, é como se houvesse “elementos irreduzíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças” (Id., *ibid.*: 201).

Nas pesquisas de história de vida, isso é percebido quando as entrevistas revelam que determinados elementos passam a ser sentidos como realidade, constituindo a essência das pessoas, ainda que outros fatos possam ter versões variadas conforme os interlocutores ou os movimentos da fala. Mas mesmo esses “elementos irreduzíveis” podem vir a ser ressignificados, se agentes protagonistas, como os meios de comunicação, a partir de determinados interesses do presente – como o de constituir um novo hegemon no futebol brasileiro a partir de valores de “mercado”, como tamanho da torcida e capacidade de arrecadação em lugar da performance esportiva – passam a desconstruir aqueles elementos (SOUTO, 2018).

Como mencionado, as entrevistas de Pollak com integrantes de grupos de sobreviventes dos campos de concentração na II Guerra Mundial identificaram que a idade avançada dos seus integrantes adicionava aos seus depoimentos um caráter de urgência no compartilhamento de suas histórias, para que estas não se perdessem. Analogamente, o avanço do paradigma de valores de “mercado” ameaça extinguir – ou ao menos ferir profundamente – uma visão de mundo muito arraigada em setores da nossa sociedade, como os que defendem os valores “tradicionais” do futebol.

Nessa caminhada, os primeiros enfrentam seus próprios medos e constrangimentos, variáveis conforme os posicionamentos adotados na experiência vivida no holocausto e a memória construída do seu próprio papel e do subgrupo em que se inscrevem. Já os defensores dos valores “tradicionalistas” – dos quais a memória de 1959 a 1970 é parte constitutiva essencial – enfrentam as tentativas de desqualificação e o estranhamento dos que naturalizam um paradigma que, na tentativa de institucionalizar-se, apresenta-se, não como uma determinada visão de mundo, mas como uma coisa dada.

Mercado x tradição

O uso de aspas que cerca as nomeações mercado e tradição não implica tentativa de desqualificação ou juízo de valor sobre as posições em confronto. Ele deve ser lido como um alerta de que os sentidos reivindicados pelos dois campos não são aqui naturalizados, mas entendidos como processos socialmente construídos e que guardam interseções com outros movimentos para além do universo pesquisado.

Um esboço, muito breve, do futebol brasileiro aponta que, até os anos 1990, os valores de “mercado” eram acessórios, ainda que fossem encontráveis indicações mercantilistas anteriores, principalmente a partir dos anos 1980 (SOUTO, 2009). Remonta a este período o surgimento, no Brasil, das primeiras propagandas estampadas em camisas de clubes brasileiros e, à década seguinte, as pioneiras transmissões ao vivo de jogos de futebol pela TV aberta para a mesma praça em que são realizados. Tais modificações foram introduzidas na esteira da grave crise financeira dos grandes clubes nacionais, que, para além de dificuldades específicas e administrativas, foram vítimas das duras recessões que castigaram o Brasil nos anos 1980 e 1990, atingindo de formas e intensidades variadas diversos setores do país.

Talvez, por isso, a disputa de narrativas da identidade do futebol brasileiro foi marcada, inicialmente, pela ausência de uma explicitação mais profunda do que representava esse processo, o que impediu, num primeiro instante, uma decantação mais nítida das posições. Os “tradicionalistas”, apesar de algum barulho produzido na época, tenderam, em geral, a encarar as transformações com um misto de fatalismo – pelas dificuldades financeiras dos clubes e a importância do dinheiro da televisão para transmitir, ao vivo, os jogos dos principais times – e ressentimento. Já os “modernos” não se sentiram tão à vontade, como viriam a se mostrar quase dez anos depois, para uma defesa mais enfática das vantagens da adoção de valores de “mercado” (SOUTO, 2009).

Numa espécie de efeito inercial, porém, os apologistas do “mercado”, aproveitando-se da crise dos clubes, ampliaram, na prática, a ocupação de espaços. Em sintonia com os ventos neoliberais que já sopravam mais fortemente nos anos 1990, os “modernos” tendiam a desqualificar as formas “tradicionais”, bem como toda simbologia associável a este modelo.

Agora, já não se limitavam à defesa da propaganda de empresas nas camisas dos clubes, passando a mudar as cores e os modelos tradicionais eternizados por novos e antigos ídolos. Diante da situação de penúria dos clubes, as mudanças encontraram nível relativamente baixo de resistência dos que enxergavam nelas uma profanação dos “mantos sagrados” de seus times e uma tentativa de esvaziamento dos estádios, com o público que seria “roubado” pela TV⁵.

Na defesa seus dos valores, os “tradicionalistas” recorrem a métodos que guardam analogia com os instrumentos utilizados para preservar a história de grupos cuja sobrevivência encontra-se ameaçada. Se na defesa destes, seus integrantes recorrem a

⁵ Para uma análise mais ampla da disputa entre “tradição” e “mercado” em torno da identidade da seleção brasileira na Copa de 2002, veja SOUTO, 2009.

depoimentos e à coleta de histórias de vida, os adeptos das “tradições”, para manterem vivos seus valores, também cumprem o papel de “escavadores do passado”. Para resgatarem seus valores, desenvolvem, nesse processo, uma espécie de historiografia do seu campo, na qual a preservação da memória “tradicionalista” é fortemente ancorada nos feitos do passado, que precisam ser atualizados para se prolongarem no presente.

Nesta comunicação, mais importante do que reproduzir a polêmica que envolve a equiparação dos títulos de 1959 a 1970 aos obtidos a partir do ano seguinte é entender os processos que informam a construção das diferentes memórias sobre o mesmo objeto e as razões das suas fricções. Por isso, em lugar de revisitar todos os pontos da revisão historiográfica relativas ao período pré-1971, optou-se por eleger três pontos-chave que nos ajudem a compreender melhor os antagonismos em jogo: o caráter eliminatório dos campeonatos daqueles período; o número de representantes aliado a sua representatividade no futebol brasileiro; e as nomeações dos campeonatos

Antes de proceder a esse exame, salientamos duas questões. Primeiramente, admite-se que, se esses pontos tiveram papel decisivo na construção da narrativa que levou à decisão da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a oficialização dos títulos não encerrou a polêmica entre os dois polos. Em segundo lugar, advoga-se que, para jogar novas luzes sobre o objeto, o exame dos argumentos constituintes dos “tradicionalistas” será melhor compreendido se considerado sob o novo contexto do futebol brasileiro. Esse é marcado por dois aspectos-chave: o avanço dos valores de “mercado” e a tentativa de constituição de um novo hegemon a partir daqueles valores (SOUTO, 2018).

É a partir desse novo contexto que se busca analisar as resistências, por exemplo, à aceitação de que, no fim dos anos 1950 e boa parte dos anos 1960, os principais torneios, não locais, fossem eliminatórios, em vez de pontos corridos. Se esse fosse um pré-requisito para constituir um campeão nacional, apenas os Campeonatos Brasileiros iniciados em 2003 – quando a CBF adota o sistema de pontos corridos – poderiam ser, assim categorizados. Como a crítica ao período pré-1971 não se estende às disputas entre 1971 e 2002, não se tem uma taxionomia baseada em princípios. Da mesma forma, os critérios que socorrem o processo revisionista não são replicáveis quando tratam de competições congêneres dos países europeus ou das outras forças mais tradicionais do futebol sul-americano, como Argentina e Uruguai.

Não existem, nem nesses países, nem no jornalismo esportivo brasileiro, restrições importantes ao reconhecimento de títulos de campeonatos nacionais estrangeiros contemporâneos – ou, em alguns casos, até anteriores – à criação da Taça Brasil, disputados em moldes comparáveis a esta. Na relação de campeões nacionais das federações europeias e das principais forças da América do Sul, estão listados todos os campeões nacionais desde os primórdios dos torneios futebolísticos, independentemente da modalidade de disputa ou do número de participantes.

O primeiro campeonato nacional da Argentina, por exemplo, foi disputado em 1891, tendo reunido apenas cinco times – onze a menos do que a primeira Taça Brasil, em 1959 – sendo campeão o Saint Andrew's, como consta no site da Associação de Futebol Argentino (AFA) - <http://www.afa.com.ar/institucional/campeones-primera-division.php>. Embora o campeonato tenha ficado a cargo da Argentine Association Football League, primeira entidade a organizar o futebol de clubes no país, sua sucessora, a Associação de Futebol Argentino (AFA), manteve o reconhecimento a todos os campeões daquele período.

Registre-se ainda que, em 1959, as condições de infraestrutura de transportes do Brasil não eram comparáveis às que o país passaria a exibir a partir dos anos 1970, o que dificultava – ou mesmo inviabilizava – o deslocamento, por um país continental, de clubes, cujo faturamento era extremamente baixo: “A ponte aérea Rio-São Paulo foi inaugurada em 1959, o fusquinha foi lançado em 59, as estradas, mais de 80% não tinham asfalto...” (CUNHA In Ludopedio, 16/11/2011).

Cunha frisa, na mesma entrevista, que os clubes eram pobres: “Tão pobres que os jogadores do Santos, que era o clube que melhor pagava no Brasil, em 59 ainda andavam de bonde, de Santos para São Vicente”. Ele destaca, ainda, que diferentemente das edições disputadas entre 1971 e 2002, que não repetiram a mesma fórmula de disputa por nenhum ano seguido, os campeonatos da Taça Brasil e do Roberto Gomes Pedrosa/Taça de Prata tinham regras estáveis, sendo disputados apenas pelos campeões estaduais, vedavam a participação de convidados e passaram imunes a viradas de mesa e contestações aos campeões.

E contrapõe essa representatividade ao inchaço que caracterizou os campeonatos a partir de 1971, que, sob o slogan que entrou para o folclore do universo do futebol “Onde a Arena vai mal, mais um time no Nacional. Onde a Arena vai bem, mais um time também”, chegou ao recorde de 94 participantes, em 1979. Com a grande quantidade de clubes, boa parte dos quais convidados, alguns campeões fizeram número muito reduzido de clássicos. No

campeonato de 1981 – nomeado Taça de Ouro – por exemplo, o Flamengo, sagrou-se campeão enfrentando apenas três clubes dos que viriam a fundar o Clube dos 13⁶: Santos, Palmeiras e Atlético-MG.

Situações análogas repetiram-se em outras edições pós-1971, como em 1982, 1983 e 1990, quando Grêmio, Flamengo e Corinthians, respectivamente, fizeram apenas três clássicos para serem campeões. Em 1985, o país chegou a ter um campeão com saldo de gols negativo: o Coritiba, que, em 29 jogos, venceu doze, empatou sete e perdeu dez, tendo marcado 25 gols e sofrido 27, ou seja, dois a mais do que fizera.

Por fim, a questão das nomeações: os revisionistas apontam a impossibilidade de equipar a Taça Brasil e a Taça de Prata à condição de Campeonato Brasileiro, por terem nomes de taça. Caso semelhante taxionomia fosse acolhida para a temporada a partir de 1971 isso implicaria o encolhimento do número de campeões posteriores àquela data. É que as nomeações da competição mudaram dez vezes, no período até 1989, quando foi renomeada para Campeonato Brasileiro, havendo então uma única exceção: 2000 – quando foi rebatizada de Copa João Havelange. Nesse período, os nomes variaram de Campeonato Nacional de Clubes, Copa Brasil, Taça de Ouro e Copa União, sem que as renomeações fossem consideradas um critério para descartar os títulos entre 1971 e 1988.

O fato de os três principais argumentos não serem replicáveis a outros campeonatos, seja no Brasil a partir de 1971, seja a competições equivalentes às brasileiras daquele período, deve-se ao fato de a construção da memória ser processo dinâmico que não se atém apenas ao factual, tal como esse conceito é percebido pelo senso comum. Nesse processo de reelaboração permanente, a imprensa desempenha papel decisivo, operando na dialética lembrar e esquecer e interagindo com a realidade em que se inserem os fatos. Em ambos os casos, tem papel fundamental para essa construção e reatualização permanente. Qual seria, então, o fator a diferenciar o tratamento dos dois períodos? Proximidade com o objeto? Quentura dos fatos contemporâneos? Ou engajamento de parte do jornalismo esportivo a

⁶ Criado em 1987, o Clube dos 13 reunia, inicialmente, os 13 principais times de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, que encabeçavam o então ranking da CBF. Para organizar o seu primeiro campeonato, naquele ano, a entidade convidou Coritiba, Goiás e Santa Cruz, para integrar o Módulo Verde (primeira divisão) da Copa União.

partir da adoção de outros critérios, que não os esportivos, mas os de audiência, tamanho da torcida e recursos arrecadados pelos clubes?

Conclusão

Para Pollak (1992), os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, são os vividos pessoalmente pelos sujeitos e os vivenciados pelo grupo ao qual ele se filia, neste caso formando uma espécie de “memória emprestada”, tomada de outras pessoas do grupo ou internalizada por uma socialização mais geral, histórica ou política – e nesses processos, é central o papel dos meios de comunicação.

Como a memória humana é fortemente simbólica, a participação ou não em eventos de forte conotação para o grupo é menos relevante do que os fatores que levam a que eles sejam inscritos na memória coletiva e individual. Pollak chama atenção ainda para a importância, na constituição da memória dos grupos, de certos personagens, cuja ação pode ter sido presenciada ou não pelos contemporâneos, mas que, independentemente da relação presencial, podem identificar-se com aqueles por processos mais gerais de socialização.

Como argumenta ainda Pollak, todo processo de produção de memória, independentemente da sua natureza, não pode prescindir de um trabalho de enquadramento, que é também de seleção. Tal trabalho é, em geral, alimentado pelo material fornecido pela História como disciplina. No entanto, não existe fato histórico “bruto”. Este “é sempre produto de algum tipo de elaboração teórica, que o promove à categoria de histórico” (RIBEIRO in HERSCHMANN, e PEREIRA, 2003: 89). Ele também pressupõe um sistema de referência e uma teoria, através dos quais operam-se, tanto a seleção, quanto a valorização dos acontecimentos e processos.

Se a capacidade de selecionar, relacionar e valorizar são “operações de construção de sentidos, impossíveis sem a intervenção dos sujeitos” (Id., *ibid.*), que, no caso da História, tem como protagonistas os historiadores, os meios de comunicação também ocupam papel central na constituição dos personagens como elementos fundadores e mantenedores da memória de um grupo. E dentro da imprensa, não se pode descartar a existência de dissidentes que, embora minoritários, recusam-se a sancionar a nova ordem, mantendo o alinhamento com os valores “tradicionalistas”. Sem ignorar os efeitos, na disputa pelo papel de hegemon no futebol brasileiro, trazidos pela decisão da CBF de equiparação dos títulos, optamos por abordar o objeto como parte de um embate mais amplo de visões sobre esse importante componente constitutivo da identidade nacional, entre valores de “mercado” e “tradicionalistas”.

Bibliografia

CUNHA, Odir. Dossiê Unificação dos títulos brasileiros a partir de 1959. São Paulo, 2009.

GASTALDO, Édison. As relações jocosas futebolísticas: futebol, sociabilidade e conflito no Brasil. *Mana* [online]. 2010, vol.16, n.2, pp.311-325.

HALBWACHS, Maurice. A memória social. São Paulo: Vértice, 1990.

HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto M. “Isso não é um filme? Heróis e celebridades do Brasil Contemporâneo” in Lugar Comum. Rio de Janeiro: NEPCOM-ECO/UFRJ, maio-agosto de 2000

MAUSS, Marcel. 1983. “As relações jocosas de parentesco”. In: R. C. Oliveira (org.), *Antropologia*. São Paulo: Ática.

POLLAK, Karl. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: Estudos históricos, 5 (10), 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: Estudos históricos 2 (3), 1989.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Memória-História, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

SOUTO, Sérgio Montero. Mercado e tradição: os colunistas esportivos e a construção da identidade da seleção brasileira de futebol na copa de 2002. Niterói: Tese de Doutorado da UFF, 2009.

_____. E 1987 não acabou – penta ou hexa: diferentes memórias sobre a hegemonia no futebol brasileiro quando o ‘mercado’ entra em campo. Joinville: 41º Intercom, 2018.

Internet

Placar

<http://www.ogol.com.br/news.php?id=132883>

Ludopedio: <https://www.ludopedio.com.br/entrevistas/odir-cunha-parte-2/>

Site da AFA: www.afa.gov.ar